

A gênese do Curso de Arquitetura

A criação do Curso de Arquitetura na Universidade do Minho em 1997 não aconteceu por mero voluntarismo ou acaso, mas sim como consequência natural da forma como a Universidade planeou o seu desenvolvimento, na sua dimensão bipolar, sempre norteada por uma visão estratégica assertiva que, com ambição, se soube ir adaptando a oportunidades e condicionalismos ao longo de sucessivas fases de conceção e implementação.

Para se compreender melhor o enquadramento desse processo, começa-se, neste depoimento, por se apresentar uma breve síntese do contexto e vicissitudes das principais fases de desenvolvimento da Universidade até essa data (a fase de arranque, no período de instalação; a planificação de uma nova fase de desenvolvimento, no período pós-instalação; a fase consequente de crescimento acelerado), antes de considerar os fatores específicos do caso da Arquitetura e áreas conexas.

Por conveniência de simplificação, usam-se como indicadores de aferição do grau de desenvolvimento da Universidade a dimensão do corpo discente e a oferta educativa (cursos em funcionamento e diversificação de áreas). No entanto, como resulta implicitamente de partes do texto, ao crescimento do número de áreas, cursos e alunos esteve sempre associada a concomitante preocupação com o recrutamento e formação de recursos humanos, o desenvolvimento das instalações, a definição e prossecução de políticas institucionais sólidas para os processos de ensino e aprendizagem, investigação e desenvolvimento, interação com a sociedade, apoio social e qualidade de vida nos campi, ambiente e intervenção cultural, ..., numa visão holística de planeamento estratégico consonante com o perfil pretendido de uma “universidade de investigação” aberta à região, ao país e ao mundo.

A visão estratégica no planeamento da oferta educativa

Fase de arranque da Universidade do Minho

Um fator determinante para o sucesso da implantação da Universidade do Minho, desde o início do seu funcionamento em fevereiro de 1975, teve a ver com a assunção, por parte da Comissão Instaladora, de uma visão estratégica traduzida num perfil pioneiro de missão institucional e na correspondente definição criteriosa de um programa estratégico de desenvolvimento institucional assente numa cuidadosa seleção de objetivos e áreas a desenvolver e na adoção de um modelo organizacional altamente inovador, promotor de inter/multidisciplinaridade e de uma melhor racionalização na utilização dos (já então parcos) recursos.

Como tive oportunidade de explanar numa reflexão sobre a missão da Universidade apresentada e publicada em 2002¹, a programação inicial das áreas científicas a implantar, consideradas prioritárias pela Comissão Instaladora, obedeceu a uma

¹ Santos, S.M., Universidade do Minho: Missão a revisitar? *Forum 31*, Jan-Jun 2002, 29-62.

Intervenção efetuada na série de conferências *Sobre a Universidade*, integrada na Semana Cultural da Universidade do Minho.

abordagem ponderada, procurando cobrir áreas em que se pressentiam maiores carências de formação no País e evitando sobreposição direta com as áreas ministradas pelas (quatro) Universidades tradicionais então existentes. Assim, num equilíbrio harmonioso entre os elementos próprios de uma missão vocacionada para uma forte inserção regional e aqueles outros que conferem à Universidade a sua dimensão nacional e internacional (e face também a condicionamentos políticos na obtenção de autorização pela tutela), foram privilegiadas, na fase de arranque, as áreas de:

- *Engenharia* (cursos de Engenharia Têxtil e de Engenharia Metalomecânica, em resposta a necessidades prementes do tecido socioeconómico da região, e o curso de Engenharia de Produção, pioneiro no País, com os ramos de Metalomecânica, Têxtil, Sistemas (que evoluiu rapidamente para Engenharia de Informática e Sistemas) e Matérias Plásticas, a que se viria a juntar o ramo de Construção Civil);
- *Formação de Professores* (cursos profissionalizantes, com estágio integrado, nas áreas de Português-Francês, Português-Inglês, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Sociais e, posteriormente, Física e Química);
- *Relações Internacionais* (curso de Línguas Vivas e Relações Internacionais, igualmente pioneiro no País, com o objetivo de preparar pessoal qualificado para atender às necessidades crescentes das relações com outros países, quer do ponto de vista cultural quer económico).

Nessa programação inicial perspectivava-se, ainda, a criação de um curso de Gestão e Administração Pública (iniciado em 1979/80), para colmatar carências de quadros técnicos qualificados sentidas na região, um curso em História, para aproveitar as riquezas documentais do Arquivo Distrital de Braga, e ainda o Curso de Medicina, projeto este que se iria arrastar por cerca de 25 anos até à sua concretização no dealbar do novo século. Era ainda feita referência à área do Design Industrial, mas que não chegou a ser objeto de estudo específico.

Apesar da preocupação da Comissão Instaladora em manter algum equilíbrio entre as áreas fundamentais das Ciências Exatas e da Natureza, das Tecnologias e das Humanidades, a programação estabelecida nesta fase de arranque (período 1975 a 1981) não contemplava ainda as áreas de Artes ou Arquitetura.

Transição para nova fase de desenvolvimento

Após o termo do mandato da Comissão Instaladora, iniciou-se em 1982 um novo ciclo para a Universidade do Minho, marcado, à partida, por dois factos de enorme relevância institucional: a primeira eleição do seu Reitor e o reconhecimento legal dos principais órgãos de coordenação científica e pedagógica da Universidade.

Foram anos difíceis, de grande instabilidade governamental e conjuntura económica nacional desfavorável, que dificultavam a mobilização dos recursos financeiros para o desenvolvimento da Universidade, a qual continuava a funcionar em instalações precárias e claramente insuficientes. O arranque das instalações definitivas, considerado como a prioridade das prioridades, parecia, ainda, uma miragem num futuro algo indefinido.

A carteira de cursos que a Comissão Instaladora conseguira fazer aprovar estava, então, praticamente esgotada. Em 1981/82 funcionavam 17 cursos, com um *numerus clausus* total de 400 vagas e uma população discente de cerca de 1.400 estudantes. O polo de Guimarães, frequentado apenas por 130 estudantes, a maioria dos quais a residir em Braga, tinha um problema grave de massa crítica, resultante de serem ministrados aí somente os anos terminais dos cursos de Engenharia.

A equipa reitoral empossada em março de 1982² assumiu, como tarefa imediata, a transição da fase de arranque para uma nova “fase de desenvolvimento” da Universidade, com base num processo de planeamento estratégico rigoroso e fundamentado, visando mobilizar a participação e comprometimento da Instituição, da Comunidade e dos poderes locais e centrais. Para o efeito, foi elaborado e publicado um estudo programático³, elaborado pelos Vice-reitores com o apoio e incentivo do Reitor, corporizando um plano de ação para o horizonte de oito anos até ao final da década, explicitamente assente num conjunto de linhas de força que denotam uma visão objetiva dos principais desafios a ultrapassar: a expansão física e humana, a diversificação dos cursos oferecidos, o reforço da investigação científica e tecnológica, a institucionalização do diálogo UM-Região, a ampliação das estruturas de apoio social escolar, a obtenção de fontes de financiamento complementares, a racionalização sistemática da gestão científica, pedagógica e administrativa, e o incentivo a atividades editoriais científico-pedagógicas.

Defendia-se, nesse documento, um projeto de expansão para a Universidade consonante com o potencial demográfico e económico da região, propondo três cenários alternativos de desenvolvimento gradual até 1990: o cenário minimalista, de manutenção do *status quo* em termos do número de cursos em funcionamento e de *numerus clausus* (17 cursos, 400 vagas); um cenário intermédio, com a criação de 16 novos cursos até 1990 com *numerus clausus* de 30 vagas cada, mantendo o *numerus clausus* dos cursos já em funcionamento (33 cursos, 880 vagas); o cenário desejável, mais otimista, com a criação de 16 novos cursos e o aumento do *numerus clausus* total dos cursos existentes de 400 para 600 vagas (33 cursos, 1.080 vagas). Era apresentada uma programação anual detalhada, para o período de oito anos em causa, relativa à estimativa de efetivos discentes para cada cenário e as correspondentes necessidades em efetivos docentes e não docentes, em despesas de capital e de funcionamento, e em construção de novas instalações, discriminadas por tipologias de espaços. O número previsível de estudantes em 1990 seria de cerca de 1.900 alunos no cenário minimalista (dos quais cerca de 370 no polo de Guimarães), 3.700 no cenário intermédio (cerca de 600 em Guimarães) e 4.800 no cenário mais otimista (cerca de 1.000 em Guimarães), i.e., crescimentos de, respetivamente, 36%, 164% ou 243% no período de oito anos.

² Reitor – Lúcio Craveiro da Silva, eleito em lista tríplice em novembro de 1981 (foi o 1º Reitor eleito no País). Vice-Reitores – Sérgio Machado dos Santos e João de Deus Pinheiro. Em março de 1983 a equipa foi reforçada com um novo Vice-Reitor, com a nomeação de Licínio Chainho Pereira.

³ UMinho-RT, Universidade do Minho, *Desenvolvimento da Universidade do Minho a curto e médio prazo*, Doc. RT-150582, maio 1982.

Eram propostos critérios objetivos para a definição dos novos cursos a criar, designadamente: haver mercado de trabalho favorável; existência na UM de recursos especializados não saturados; complementaridade em relação a outros cursos, quer da UM quer de outras Universidades, em especial na região norte; interdisciplinaridade relativamente às formações tradicionais; e razão custos/benefícios favorável. Em termos de equilíbrio entre áreas científicas, os 16 novos cursos a criar seriam nas áreas de Engenharia (5), Ciências Exatas e da Natureza (4), Ensino e Letras (4) e Ciências Humanas e Sociais (3). Avançava-se um amplo leque de exemplos de domínios específicos a merecer consideração aprofundada, que contemplava já a área das Artes Plásticas e Visuais, para além do Design Industrial, mas sem referência à Arquitetura.

A conjuntura política e económica continuava, contudo, muito desfavorável, dificultando a obtenção de financiamento para a construção das instalações definitivas da Universidade. As instalações provisórias eram cada vez mais insuficientes e em 1984 foi mesmo necessário diminuir o *numerus clausus* de cada curso em 5 vagas por falta de condições físicas para albergar as atividades letivas. Assim, o crescimento do número de alunos até 1985, devido apenas ao arranque de alguns cursos de pós-graduação e ao efeito do número elevado de ingressos por transferência, ficou aquém do cenário desejável. Este foi, no entanto, um período em que se trabalhou afincadamente na preparação dos dossiers das instalações definitivas e dos processos para a criação dos novos cursos.

Fase de crescimento acelerado

Em 1985, tirando partido do estado de organização dos dossiers e recorrendo a uma estratégia de faseamento de empreitadas, foi possível começar a deslaçar o nó górdio das instalações definitivas: foram finalizados e aprovados os anteprojetos dos empreendimentos da primeira fase de construções e os projetos de execução para as primeiras empreitadas, sendo lançados os respetivos concursos, e foram adjudicadas as empreitadas de terraplanagens e infraestruturas em ambos os polos e a empreitada de fundações e estruturas dos primeiros edifícios em Guimarães, a que se seguiu, no início do ano seguinte, a empreitada de fundações e estrutura do Complexo Pedagógico I em Gualtar.

A perspetiva do avanço das novas instalações criada pelas empreitadas em marcha deu alento para um período de maior crescimento, com a criação de novos cursos e o reforço dos *numeri clausi*, malgrado a permanente escassez de instalações que ia sendo atenuada com alguns rearranjos e acréscimos em espaços provisórios, passando o número de estudantes a evoluir praticamente de acordo com o cenário mais favorável traçado em 1982.

Ciente de que, com a perspetiva de entrada em funcionamento dos primeiros edifícios das instalações definitivas em 1988, haveria condições para um crescimento mais acelerado, o Reitor⁴, no discurso de tomada de posse, em maio de 1987, lançou o desafio de revisão em alta da previsão do crescimento até ao final da década, propondo-se

⁴ Sérgio Machado dos Santos, eleito em março de 1987 após dois anos de mandato como Reitor em exercício.

duplicar a população discente (então de 3.000 alunos) no decurso do seu mandato de três anos. Efetivamente, a partir de 1988 o crescimento disparou em flecha, atingindo-se a cifra de 6.284 estudantes no arranque do ano escolar 1990/91, valor que ultrapassou a meta proposta de 6.000 alunos e superou em quase um terço a anterior meta (dita otimista) de 4.800 alunos.

O crescimento não estava, contudo, a ser simétrico nos dois polos da Universidade: a população discente em Guimarães em 1986/87 reduzia-se ainda a 463 alunos, cerca de 35% abaixo da meta desejável. A limitação resultante da decisão política de serem ministrados aí apenas os anos terminais dos cursos de Engenharia (*i.e.*, a partir do 3º ano) estava a conduzir a um desenvolvimento artificial e menorizado do polo de Guimarães, que dificilmente atingiria massa crítica (como referido atrás, o próprio cenário “favorável” traçado em 1982 apontava somente para uma frequência de 1.000 alunos em Guimarães no final da década, fruto dessa limitação conceptual). O facto de a maior parte dos estudantes se deslocar diariamente de Braga, onde se haviam fixado nos anos preparatórios, com a conseqüente inexistência de vivência universitária na cidade de Guimarães, vinha a gerar um mal-estar crescente, que deflagrou em 1985/86 numa crise interna grave em que uma parte significativa dos docentes da Escola de Engenharia punham em causa a própria existência do polo de Guimarães. Era uma questão de enorme sensibilidade e melindre, nomeadamente no relacionamento com as entidades externas relevantes, com destaque para as Câmaras Municipais de ambos os Concelhos.

Consciente de que o funcionamento bipolar só faria sentido se ambos os polos se perspetivassem como verdadeiros núcleos universitários, com cursos de raiz também em Guimarães, a equipa da Reitoria, em diálogo muito estreito com as forças vivas da região de modo a evitar que a discussão extravasasse descontroladamente para a praça pública, gizou e propôs ao Senado Universitário um referencial para o desenvolvimento da Universidade do Minho em que se procurava promover o desenvolvimento coerente dos dois polos. Desse referencial, aprovado pelo Senado em abril de 1987, destacam-se: a possibilidade de redistribuição dos cursos pelos dois núcleos e, nomeadamente, do funcionamento de cursos completos em Guimarães; a recomendação de que os cursos de Engenharia fossem prioritariamente situados em Guimarães, sem prejuízo de aí funcionarem igualmente alguns cursos não tecnológicos e de alguns cursos de Engenharia poderem funcionar em Braga; a necessidade de criação de áreas científicas de índole propedêutica em Guimarães como condição para a transferência dos dois primeiros anos dos cursos de Engenharia; o princípio de que a localização de cada novo curso deveria resultar da situação das áreas científicas predominantes e das afinidades das novas áreas a criar com as áreas já existentes, isto é, deveriam ter exclusivamente em conta o desenvolvimento lógico e coerente da Universidade.

Esta decisão do Senado constituiu um marco fundamental na trajetória de consolidação da Universidade, assumindo-se como fator decisivo para ultrapassar, de uma vez por todas, os aspetos menos positivos que estiveram ligados à bipolarização, e teve efeitos imediatos. Efetivamente, com base nos princípios enunciados e numa abordagem muito pragmática e dialogante tanto interna como externamente, foi possível iniciar em

Guimarães, no ano escolar imediato, o funcionamento de raiz do novo curso de Licenciatura em Engenharia Eletrónica Industrial e transferir para esse polo o 1º ano dos cursos de Engenharia Têxtil e Engenharia de Produção – Ramo Têxtil, como primeira fase para o funcionamento integral desses cursos em Guimarães a partir do ano letivo seguinte, a que se seguiriam nos três anos seguintes, de forma faseada, a transferência integral dos cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Engenharia Civil. É ainda de salientar a criação, em 1989, do Mestrado em História das Populações para funcionar em Guimarães, com o apoio da Sociedade Martins Sarmento e da Câmara Municipal de Guimarães, numa decisão histórica que colocou nesse núcleo o seu primeiro curso não tecnológico.

Em contrapartida, os cursos de Engenharia de Sistemas e Informática e de Engenharia Biológica ficaram localizados integralmente em Braga, pelas afinidades que tinham com áreas bem estabelecidas da Escola de Ciências.

Com estas medidas, o corpo discente em Guimarães entrou em crescimento acelerado, ultrapassando os 1500 alunos em 1989 (aumento de 50% em relação ao ano anterior) e atingindo os 1.900 alunos em 1990 (quase o dobro da meta “otimista” traçada na programação de 1982).

Em 1990 ocorre a reeleição do Reitor para um terceiro mandato. No discurso de posse, em junho desse ano, é de novo assumido o compromisso, algo temerário, de “até ao fim do mandato de quatro anos, que agora se inicia, criar as condições para que a Universidade atinja os 10.000 alunos, duplicando a sua presente dimensão” (decorria o ano letivo de 1989/90, com 5.168 alunos inscritos). Era uma meta extremamente ambiciosa, refletindo o bom andamento das empreitadas de construção em ambos os *campi* e apostando nas expectativas de financiamento adicional através de fundos europeus. Partindo da constatação de que a 1ª fase da programação do desenvolvimento da Universidade se encontrava praticamente esgotada, o compromisso envolvia a intenção de se estudarem alternativas para o lançamento de cursos e ações de âmbito científico e cultural em novas áreas do saber, sendo apontados alguns exemplos de domínios a considerar, onde se incluía a Geografia.

Este foi um período de acentuada diversificação da oferta educativa e de grande crescimento do *numerus clausus* global, em que se conseguiu, por um lado, melhor equilíbrio entre as áreas das Humanidades e das Ciências e Tecnologia com a criação dos novos cursos de Licenciatura em Comunicação Social, em Psicologia, em Ensino de Português-Alemão e de Inglês-Alemão, em Educação e em Direito, do Diploma de Estudos Superiores Especializados em Educação Infantil e Básica (com cinco variantes) e de um número significativo de cursos de pós-graduação, e, por outro, a continuação da consolidação do polo de Guimarães em resultado da realocação de cursos.

Foi assumido, na altura, que a esta primeira fase de revisão em alta do planeamento se seguiria um “passo seguinte, em termos de diversificação, (que) deverá ser mais espaçado no tempo, exigindo reflexão e prudência, dada a grande dificuldade em preparar infraestruturas humanas e materiais para além das previstas nas (atuais) metas de crescimento, que se cifram nos 11.000 alunos em 1994/95. Tratar-se-á de um

segundo tempo, no qual novas Escolas vão certamente aparecer, na sequência da consolidação das atualmente existentes”⁵.

As metas de 10.000 alunos no final do mandato e de 11.000 no ano imediato foram plenamente cumpridas: o corpo discente atingiu 10.321 alunos em 1993/94 e 11.574 em 1994/95. Um aspeto muito importante para a consolidação do crescimento da Universidade foi o facto de as candidaturas ao financiamento pelos programas europeus terem conseguido grande sucesso, fruto da sua qualidade e sólida fundamentação, resultando numa captação de 3,5 milhões de contos para construções (programa PRODEP) e mais de 1,5 milhões de contos para equipamentos (programa Ciência) no período de 1991 a 1993. Uma das candidaturas aprovadas respeitava ao Complexo Pedagógico de Azurém, cuja construção se iniciou em 1991, permitindo, a partir de 1993, condições para albergar uma população discente de 3.000 alunos nesse polo.

A consolidação das infraestruturas facilitou a programação do “passo seguinte” atrás referido. Assim, na cerimónia da tomada de posse do Reitor para o seu 4º (e último) mandato, em julho de 1994, é anunciado que “num trabalho de planeamento levado a cabo pela Reitoria e pelo Senado Universitário, foram traçadas as linhas fundamentais para o desenvolvimento da Universidade do Minho até ao fim da corrente década (...): no polo de Braga, serão lançados 3 novos cursos de Licenciatura, atingindo-se, em princípio, por esta forma, a dimensão máxima do polo; um dos cursos será a Licenciatura em Economia, a ser iniciada em outubro de 1995 e os restantes serão oportunamente definidos de entre a área das Ciências Aplicadas e de novas áreas a contemplar; no polo de Guimarães, serão criados pelo menos 3 novos cursos de Licenciatura, um no domínio das Ciências Aplicadas, um ligado à temática do Planeamento Regional e Urbano e o terceiro numa área nova a criar; as áreas novas (referidas) a propósito de ambos os polos serão escolhidas pelo Senado após estudos de viabilidade, envolvendo as Ciências da Saúde, a Arquitetura, a Música e as Belas-Artes”⁶.

A proposta do Reitor para a definição das novas áreas a criar e respetiva localização foi aprovada pelo Senado em janeiro de 1995: em Braga seriam lançadas a Licenciatura em Economia, a Licenciatura em Musicologia e um novo curso no domínio das Ciências Exatas e da Natureza⁷; no polo de Guimarães iniciar-se-iam um curso de Geografia orientado para o Planeamento Regional e Urbano⁸, um curso de Ciências Aplicadas⁹ e o curso de Arquitetura; numa perspetiva de médio-longo prazo, continuava a colocar-se no horizonte a possibilidade de um curso de Ciências da Saúde¹⁰, a localizar em Braga, e de um curso de Belas-Artes a desenvolver em Guimarães a partir da Arquitetura.

⁵ Discurso do Reitor (Sérgio Machado dos Santos) na apresentação do Relatório de Atividades de 1990 (Sessão Solene do Dia da Universidade, 17.02.1991).

⁶ Discurso do Reitor (Sérgio Machado dos Santos) na cerimónia de tomada de posse para o mandato 1994-1998 (20.07.1994).

⁷ Curso de Licenciatura em Biologia Aplicada, iniciado em 1996.

⁸ Curso de Licenciatura em Geografia e Planeamento, iniciado em 1996.

⁹ Curso de Licenciatura em Física Tecnológica, iniciado em 1996.

¹⁰ A oportunidade política para a criação do Curso de Medicina surgiu em 1997/98, ano em que foi obtida a concordância do Governo, embora a autorização formal só tenha sido publicada em finais de 1998. O curso veio a arrancar em 2001.

Com o lançamento dos cursos de Física Tecnológica e de Geografia e Planeamento em 1996, e do curso de Arquitetura em 1997, o polo de Guimarães adquiriu finalmente o ambicionado estatuto de verdadeiro polo universitário, projetando-se bastante para além da capacidade de acolhimento de 3.000 alunos anteriormente programada. A correspondente insuficiência de instalações foi provisoriamente suprida com a instalação, em 1997, de um pavilhão provisório para apoio aos cursos de Arquitetura e de Geografia e Planeamento, enquanto se aguardava o resultado da candidatura apresentada ao PRODEP II para financiamento da construção do edifício da Escola de Arquitetura.

Em síntese, ao longo deste período de treze anos (1984/85 – 1997/98) de crescimento acelerado, que se atenuou naturalmente nos anos imediatos face ao grau de prossecução dos objetivos traçados, a dimensão do corpo discente da Universidade mais do que sextuplicou, atingindo a cifra de 14.859 alunos (crescimento de 507%). Essa expansão foi particularmente acentuada no polo de Guimarães, que atingiu 3.944 alunos (crescimento de 1 435% face aos 257 alunos em 1984/85).

Esta expansão vigorosa encontrou também expressão na diversificação da oferta formativa, que passou a cobrir os domínios nucleares do conhecimento num percurso firme para o conceito de universidade completa, e no reconhecimento colhido pela Universidade junto à sociedade portuguesa e ao mundo universitário nacional e internacional.

As áreas de Artes e Arquitetura no planeamento da oferta educativa

Vejamos agora como é que, neste processo vertiginoso de desenvolvimento, com sucessivas planificações cada vez mais ambiciosas, se posicionaram a área das Artes e a área conexas da Arquitetura. Para facilitar uma melhor compreensão desse posicionamento, assume-se o retomar parcial de alguns aspetos já expostos na parte anterior, para melhor clarificação de contexto.

Na planificação inicial das áreas prioritárias a desenvolver na Universidade do Minho, efetuada pela Comissão Instaladora, foram produzidos estudos setoriais específicos¹¹ sobre os cursos e departamentos a criar nos domínios das Ciências Exatas e Tecnologias, das Línguas Vivas, da Educação, da História e da Medicina. No elenco de cursos relativos às Tecnologias é incluído um bacharelato em Design Industrial (que não obteve a concordância da tutela), cuja estrutura curricular, apesar do seu pendor tecnológico, apontava para uma componente de formação artística. A área das Artes não teve, no entanto, qualquer desenvolvimento significativo no período de instalação (1974 – 1981).

Como se explanou na parte inicial deste depoimento, o planeamento de uma nova fase de desenvolvimento efetuado pela equipa reitoral em 1982 assumiu, como uma das linhas de força subjacentes ao plano, a diversificação da oferta educativa, apontando um amplo conjunto de domínios específicos como suscetíveis de consideração para eventual implementação, entre os quais, para além do Design Industrial já previsto anteriormente, se incluíam as Artes Plásticas e Visuais.

A barreira provocada pela exiguidade de instalações atrasou a implementação do plano traçado e só em 1995, como se viu anteriormente, se veio a consubstanciar um ritmo

¹¹ Cf. *Os Discursos dos Reitores (1974-2019)*, Coleção Documentos | Memórias e Atos Académicos, UMinho Editora: 29-30.

acentuado de expansão, que acelerou substancialmente a partir de 1987 alavancado pela expectativa da entrada em funcionamento dos primeiros edifícios das instalações definitivas no ano seguinte e, no caso de Guimarães, pela decisão tomada nesse ano pela Reitoria, com o aval do Senado Universitário, de promover uma reforma radical nos critérios de alocação espacial dos cursos (existentes e a criar), adotando um novo referencial para o desenvolvimento harmonioso e coerente dos dois polos da Universidade.

É fruto desta decisão histórica que o polo de Guimarães passa a contar, pela primeira vez, com cursos completos de Engenharia e, mais importante, com a possibilidade de aí se desenvolverem novas áreas do conhecimento, de que foi primeiro exemplo, já atrás referido, a criação, em 1989, do Mestrado em História das Populações.

A alocação espacial dos cursos era, porém, matéria muito sensível, exigindo diálogo intenso e construção de equilíbrios a negociar tanto interna como externamente, de modo a evitar a repetição das querelas sobre a localização da Universidade que tanto atrasaram o seu arranque na década de 70. A planificação de 1982 para a diversificação da oferta havia já introduzido a ressalva da necessidade de cumprimento de critérios objetivos para a criação dos novos cursos, entre os quais se salientavam a preexistência de recursos especializados na respetiva área científica e a complementaridade em relação a outros cursos. Este critério foi retomado e ampliado pelo novo referencial de 1987, que estabeleceu o princípio de que a localização de novos cursos deveria ser feita exclusivamente em função do desenvolvimento lógico e coerente da Universidade, com base em afinidades com áreas já existentes.

Esta foi uma ideia de fundo que perpassou ao longo de todo o período de desenvolvimento da Universidade e se revelou fulcral para o sucesso dos projetos de ensino, especialmente em áreas mais afastadas da matriz inicial: o lançamento de novos domínios de formação deveria partir sempre de algumas valências científicas de base já substancialmente consolidadas, construindo complementaridades e sinergias entre áreas com afinidades ou pontos de interesse comum. Foram exemplos paradigmáticos da aplicação deste critério a criação do curso de Direito, a partir de um núcleo de Direito que existia na Escola de Economia e Gestão para apoio, nomeadamente, aos cursos de Administração Pública e de Relações Internacionais, e a criação do curso de Medicina, que contou com valências importantes já existentes nas áreas de Biologia, Bioquímica, Química, Física (Ciências da Visão), Pelos critérios apontados, estes cursos ficaram localizados no polo de Braga sem contestação de maior.

Retomando o tema do incremento e diversificação da oferta, os compromissos assumidos (e cumpridos) pela Reitoria de duplicação da dimensão do corpo discente nos dois mandatos consecutivos de 1987-1990 e 1990-1994 alargaram substancialmente a abrangência científica da Universidade, num percurso consistente de implantação de uma universidade completa. É nesse sentido que, em junho de 1990, é anunciada pelo Reitor a intenção de, face à dinâmica de crescimento atingida e à constatação de que a programação vigente se encontrava em estado adiantado de execução, se ponderar a criação de novas áreas do saber, apontando alguns exemplos onde se incluíam as Artes e, pela primeira vez, era mencionada a Geografia. Com realismo, é referida a necessidade de se caminhar nessa direção com prudência, com um espaçamento no tempo adequado à preparação de infraestruturas humanas e materiais.

A equipa da Reitoria envolveu-se profundamente na preparação desse trabalho. Numa reunião alargada a todos os membros da equipa, em outubro desse mesmo ano, convocada sob o epíteto “O crescimento (físico e não só) e a imagem da Universidade do Minho”, foram definidas as bases de trabalho para o planeamento da expansão física após a 1ª fase das instalações definitivas e para a definição de um modelo de crescimento a médio-longo prazo (com um horizonte temporal até ao final da década de 90). Seguiu-se um período de reflexão individual e elaboração de contributos escritos por parte de cada membro da equipa, que foram discutidos numa nova reunião de fim de semana alargado realizada nas Termas de Carvalhelhos (Concelho de Chaves) a 20 e 21 de abril de 1991. Foi aí que, pela primeira vez, foi equacionada a área de Arquitetura no plano de desenvolvimento.

A integração da Arquitetura nas áreas a desenvolver, para além do seu interesse científico, servia um propósito político importante. Na altura estava já inequivocamente assumida a instalação do curso de Direito, o qual, vencidas as resistências por parte do Governo, foi iniciado em 1993, e a Universidade do Minho não abdicava do curso de Medicina, para o qual tinha uma proposta que vinha desde 1975. Direito e Medicina eram duas áreas emblemáticas na tradição universitária e, pelas razões de complementaridade e coerência atrás referidas, seriam inevitavelmente localizadas em Braga. Para o ambicionado desenvolvimento harmonioso dos dois polos, era fundamental avançar com uma área igualmente prestigiada em Guimarães. A Arquitetura era a área ideal para esse efeito, porque estabelecia sinergias com o Departamento de Engenharia Civil, onde havia sido criado um núcleo de Arquitetura para apoio ao curso de Engenharia Civil. Haveria, igualmente, complementaridade com o curso de Geografia, se lhe fosse atribuído um perfil de Planeamento Regional e Urbano, o que remetia este curso também para Guimarães.

Estabelecer-se-ia, assim, um triângulo Engenharia Civil – Geografia e Planeamento – Arquitetura com complementaridades evidentes e com algumas valências de base já estabelecidas, cumprindo, por conseguinte, os critérios de lógica e coerência para a sua localização. Foi com esta argumentação que o Reitor, nas reuniões que teve com os executivos camarários de ambas as cidades durante a preparação do plano de desenvolvimento, conseguiu os apoios externos para que a localização das três referidas áreas não tivesse contestação de maior, apesar da grande apetência da cidade de Braga pelos cursos de Engenharia Civil e de Arquitetura¹².

A consolidação das infraestruturas físicas no decurso do mandato 1990-1994, fruto do grande sucesso das candidaturas da Universidade do Minho ao programa PRODEP, foi também determinante para a consolidação das áreas estabelecidas e o avanço da programação das novas áreas. Um dos empreendimentos aprovados respeitou ao Complexo Pedagógico de Azurém, cuja construção se iniciou em 1991, aumentando significativamente a capacidade para albergar a população discente.

O ano de 1994 foi decisivo para a emergência da área de Arquitetura. Em janeiro desse ano, por proposta do Reitor na sequência do trabalho de planeamento que vinha a ser preparado, iniciou-se no Senado uma profunda reflexão sobre o desenvolvimento dos dois polos da Universidade do Minho, sendo decidido avançar com estudos de

¹² A presença dos Presidentes da Câmara Municipal de Braga e da Câmara Municipal de Guimarães no Senado Universitário, como membros externos, facilitou também a obtenção de consensos em relação a esta matéria sensível.

viabilidade de criação de novas áreas, nas quais se incluíam a Arquitetura e as Belas Artes. Na reunião do Senado de julho do mesmo ano avançou-se com a criação de um grupo de trabalho, coordenado pelo Vice-Reitor Carlos Bernardo, que integrava o Pró-Reitor José Vieira e um elemento externo, para preparação do estudo relativo ao curso de Arquitetura.

Em janeiro de 1995 o Senado aprova a proposta global apresentada pelo Reitor para a programação e localização das novas áreas a iniciar, que vinha clarificar a situação, estabelecendo o lançamento a curto prazo, no polo de Guimarães, dos cursos de Geografia e Planeamento e de Arquitetura, para além de um curso em Ciências Aplicadas. Era ainda expressa a expectativa de que a partir da área de Arquitetura, uma vez consolidada, se poderiam vir a desenvolver as Belas Artes. A aprovação da Licenciatura em Geografia e Planeamento pelo Senado, em julho de 1995, e a sua entrada em funcionamento em 1996, cimentaram as bases para o lançamento da Arquitetura, tornando o processo irreversível.

Na sequência da decisão de janeiro de 1995 foi constituída uma Comissão para elaboração do projeto de criação do curso, coordenada pelo Professor Fernando Távora, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, ficando cometido ao Prof. Carlos Bernardo o encargo de assegurar a ligação entre a Comissão e a Reitoria e Senado. Na reunião do Senado de janeiro de 1996 foi apresentado um primeiro dossier para discussão. Na reunião seguinte deste órgão, em abril de 1996, na qual participaram, a convite, membros da Comissão proponente¹³, a criação da Licenciatura em Arquitetura foi aprovada por unanimidade, para funcionar no polo de Guimarães, sendo formalmente publicitada pela Resolução SU-12/96, de 13 de maio, do Senado Universitário.

Em 31 de outubro de 1996 foi constituído o Departamento Autónomo de Arquitetura¹⁴, como estrutura formal de coordenação e apoio ao lançamento do curso, e embrião da futura Escola de Arquitetura, que só viria a ser criada em 2008 aquando da revisão dos Estatutos da Universidade do Minho para adaptação ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES – Lei 62/2007, de 10 de setembro).

Simultaneamente, foi nomeada a Comissão Instaladora do curso¹⁵, órgão provisório de gestão que se manteria em funcionamento até à sua extinção em novembro de 2002¹⁶.

É esta, em síntese, a história da génese do lançamento da área de Arquitetura na Universidade do Minho, na perspetiva do Reitor que presidiu aos destinos da Instituição no período em causa. Os testemunhos dos Professores Carlos Bernardo e José Vieira aprofundarão, certamente, o que foram as vicissitudes do período de instalação do curso e do Departamento Autónomo de Arquitetura – “desenrascar” instalações provisórias (andar com pavilhões às costas!), planear e edificar as instalações definitivas

¹³ Arquitetos Fernando Távora, Alexandre Alves Costa e Domingos Tavares, professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), e Prof. José Mendes, do Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho. A FAUP prestou uma colaboração preciosa na conceção e arranque do curso.

¹⁴ As Universidades não tinham, então, autonomia para criar Escolas. Seguiu-se, assim, a estratégia que havia já sido usada com sucesso na criação da Licenciatura em Direito e do Departamento Autónomo de Direito, tirando partido das potencialidades do modelo matricial da Universidade do Minho, segundo o qual os cursos dispunham de gestão própria, não estando formalmente integrados nas Escolas.

¹⁵ Despacho RT-53/96, de 31 de outubro.

¹⁶ Despacho RT-69/2002, de 5 de novembro.

para a Escola, vencer resistências para fazer passar uma visão funcional do objeto da Arquitetura, implementar uma dinâmica de qualificação do pessoal docente, ... – pela vivência mais direta e continuada que tiveram do processo. A coordenação dedicada e eficiente do projeto por parte do Carlos Bernardo e o apoio empenhado do José Vieira foram determinantes para o sucesso do arranque desta nova e complexa área de formação.

Uma palavra final, para salientar que a atual designação da Unidade Orgânica – Escola de Arquitetura, Arte e Design – vem confirmar quão certas estavam a visão prospetiva e as expectativas desenvolvidas na década de 90 em relação a estes três domínios complementares do saber.

Sérgio Machado dos Santos
Agosto de 2022